

Espaço e paisagem como fundamentos do patrimônio natural subalterno na Amazônia

Space and landscape as the foundations of subaltern natural heritage in the Amazon

DOI:10.34117/bjdv7n1-348

Recebimento dos originais: 10/12/2020
Aceitação para publicação: 13/01/2021

Francisco Perpetuo Santos Diniz

Mestrado em Educação (UEPA)

Doutorando em Geografia (UFPA)

Instituição: SEDUC- PA

Endereço: Residencial Parque Jardins 4400 - Subcondomínio Jardim de Provence -

Nice 104, Bairro: Parque Verde - CEP:66635902

E-mail: fpsdiniz@gmail.com

Sônia Maria do Rosario Aleixo Laranjeira

Mestra em Educação – UEPA

Instituição: SEDUC-Pará/Professora de Sociologia

Endereço: Rua A n ° 310; Bairro Cidade Nova; Parauapebas – Pará

CEP:68515000

E-mail: sonia-aleixo28@hotmail.com

Paulo Cesar Carvalho Ribeiro

Mestre em Educação Universidade do Estado do Pará - UEPA

Instituição: Secretaria Estadual de Educação do Pará - SEDUC- PA

Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua - PA - SEMED

Endereço: Rua Santa Terezinha 156, Coqueiro, Ananindeua- PA, CEP. 67113260

E-mail: pccr61@gmail.com

Alzira Almeida de Araújo

Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará- UEPA

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará-
Ideflor-bio

Endereço: Av. Centenário n°540, Bairro: Mangueirão, Belém-PA

E-mail: alziraaraujoalmeida@hotmail.com

Jorge Leônidas Martins Gonçalves

Formação em Educação Artística

Trabalha como Professor na SEDUC-PA

Endereço: Rodovia Augusto Montenegro sem número km10

E-mail: jl.artes@hotmail.com

Marilúcia Monteiro da Rosa

Pós-Graduação Psicopedagogia Instrucional (Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA)

Pesquisadora do GRUPEMA- Grupo de Pesquisa em Educação e Meio-Ambiente da Universidade do Estado do Pará- UEPA

Endereço: Travessa Djalma Dutra, s/n - Telégrafo - 66050-540 - Belém (UEPA)

E-mail: pupunhas@hotmail.com

Maiza Annielle Costa de Carvalho

Formação acadêmica

Graduada em pedagogia pela UEPA

Pós-graduação em neuropsicopedagogia pelo IEPA

Endereço: Passagem boa esperança entre liberal e Trindade, terra forma Belém PA

E-mail: maizacarvalhocosta@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma reflexão sobre a necessidade de relativização dos parâmetros impostos pela Unesco para reconhecimento do patrimônio natural. De acordo com a instituição a excepcionalidade, estética e monumentalidade emanadas de paisagens naturais referenciarão a escolha do patrimônio. O artigo objetiva demonstrar que em contextos de populações locais extrativistas ou denominadas de tradicionais amazônicas, os patrimônios naturais não devem ser validados em referenciais abstratos e distantes da realidade de sujeitos locais. A pesquisa tem um caráter dialético, qualitativo, bibliográfico e empírico decorrente da realização de trabalho de campo e os resultados demonstraram que no contexto amazônico, as paisagens naturais não expressam, tão pouco espelham imagens de patrimônios naturais “congelados”, enrijecidos e distantes da ação humana, estando sua construção vinculada a totalidade socioespacial histórica, subversiva, memorial, evanescente e subalterna.

Palavras-chave: paisagem natural, patrimônio natural, Unesco, paisagens evanescentes, patrimônio subalterno.

ABSTRACT

It is a reflection on the need to relativize the parameters imposed by Unesco for the recognition of natural heritage. According to the institution, the exceptionality, aesthetics and monumentality emanating from natural landscapes would refer to the choice of heritage. The article aims to demonstrate that in contexts of local extractive populations or called traditional Amazonian, natural heritage should not be validated against abstract references and distant from the realities of local subjects. The research has a dialectical, qualitative, bibliographic and empirical character resulting from the realization of fieldwork and the results showed that in the Amazon context, natural landscapes do not express, nor do they mirror images of “frozen”, stiff and distant natural heritage human, being its construction linked to historical, subversive, memorial, evanescent and subaltern socio-spatial totality.

Keywords: natural landscape, natural patrimony, Unesco, evanescent landscapes, subordinate heritage.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a produção do espaço não é determinante para a construção de paisagens culturais e naturais. Na ótica da referida instituição as paisagens naturais teriam evolução biológica e orgânica independentes do trabalho humano que transforma a natureza natural em natureza socializada. Aliás, para a Unesco os grandes complexos naturais seriam reservatórios da natureza selvagem não associados a qualquer tipo de interferência do homem ou subjetivação de social. Assim, como primeira aproximação de nossa discussão consideramos que tal postura da Unesco tem cunho ideológico e reforça a apropriação da natureza como patrimônio de interesse da economia turística e colonização cultural inscrita no reforço de determinados símbolos.

O “purismo unesquiano” apregoadado na definição de natureza *in natura* concebida como propriedade mundial, restringe-se a definição de paisagem como aquilo que os olhos podem observar, como a expressão de formas visíveis, deslocadas do todo espacial. Esta perspectiva preza a forma de coisas como objetos naturais mumificados, resíduos frágeis, “vestígios do passado” esteticamente belos e representandos de cenários paradisíacos a serem regidos metodologicamente pelas técnicas do restauro e da preservação.

Neste sentido, buscamos desconstruir o discurso dominante de patrimônio natural capitaneado pela Unesco que impõe um modelo universal de reconhecimento patrimonial, pois para além da narrativa discussiva do patrimônio natural, há de se considerar as formas e estratégias de produção desigual do espaço em escala planetária impondo a cada fração espacial uma função fortificadota da reprodução capitalista.

O reconhecimento do patrimônio natural na Amazônia, sem o vínculo com a produção do espaço capitalista e de populações locais dá visibilidade ao patrimônio como mero espetáculo decorrente da mercantilização da economia turística que despreza outros patrimônios tidos como não oficiais. Na Amazônia, as “paisagens naturais” podem ser compreendidas pela perspectiva subalterna partindo do entendimento de que representam um conjunto de frações sócio-espaciais integradas a uma totalidade socio-espacial que se desenvolve contraditoriamente a totalidade da sociedade urbana moderna capitalista.

Neste trabalho consideramos preocupante a patrimonialização da natureza como fenômeno global enquanto modelo a ser replicado em realidades amazônicas que são

heterogêneas, especialmente por reforçar e naturalizar os conflitos socioespaciais existentes na região e por separar o homem da natureza.

Apresentamos a perspectiva subalterna de reconhecimento do patrimônio natural como processo subversivo utópico e territorial que não segue modelo, por ser difuso e variar conforme os contextos socioespaciais de “povos tradicionais”¹ e referenciado em práticas socioespaciais que reportam memórias, resistências e combate as formas de dominação cultural e econômica sobre a região.

Enfatizamos ainda, a importância de entendimento de que o patrimônio natural na Amazônia tem relação com o processo desigual de produção do espaço regional através de estratégias de uso de recursos naturais, ordenamento territorial, mitigação de problemas socioambientais de cunho evanescente e como mito moderno de natureza intocada conforme aponta Diegues (1996).

2 PAISAGENS NATURAIS E O PATRIMÔNIO NATURAL NA PERSPECTIVA SUBALTERNA

A construção da ideia de patrimônio natural surgiu no interior de discussões globais sobre o patrimônio cultural. De acordo com Choay (2017) o patrimônio cultural teve seu sentido mudado ao longo do tempo sendo considerado como estruturas arquitetônicas esteticamente relevantes e monumentais, coisas e objetos que possuíam valores artísticos, estéticos, históricos e deveriam ser lembrados, protegidos pelas coletividades, preservados, restaurados quando necessário e conservados pelo Estado via promulgações de leis específicas. Conforme a mesma autora, a partir da “indústria cultural” intensificada nos anos de 1960, o patrimônio cultural tornou-se ramo importante da economia capitalista ao articular turismo e patrimônio.

É a partir deste contexto que o patrimônio natural ganha visibilidade em escala planetária, principalmente por haver a necessidade de “unir” homem e natureza então separados no debate patrimonial e ao mesmo tempo vincular o debate sobre patrimônio natural a realidade da urbano-industrialização, degradação ambiental, organização da sociedade civil na defesa do meio ambiente, da turistificação da natureza, pelo desenvolvimento sustentável.

¹ São grupos indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, coletores, colonos, entre outros que reproduzem seus cotidianos, cultura, produção e socialização comunitária a partir de relações tecidas diretamente com a natureza.

De acordo com Scifoni (2006) o discurso do patrimônio natural é seletivo, hierarquizador e contraditório, especialmente quando as grandes áreas naturais repletas de belezas cênicas são contrastadas com as práticas sociais de populações que edificam patrimônios não reconhecidos pela história oficial.

Assim, consideramos que o patrimônio natural reproduz a ideologia imbricada na natureza espetáculo a ser consumida pela economia do truismo patrimonial quando há o reforço de valores mercadológicos que intensificam a produção desigual do espaço, ignorando o fato de que patrimônios naturais compreendidos como paisagens fazem parte de um todo espacial contraditório e indivisível.

O patrimônio natural subalterno tem haver com todas as expressões do patrimônio natural subjetivadas, invisibilizadas, marginalizadas, valorizadas, reconhecidas e socializadas por populações consideradas tradicionais que sofrem marginalizações sócio-espaciais decorrentes da reprodução capitalista em espaços urbanos, rurais e de predominância de elementos naturais. Neste sentido, a expressão patrimônio natural subalterno busca valorizar as relações territoriais que envolvem sociedade e natureza considerando que ambas estão imbricadas, amalgamadas e articuladas e que não podem ser concebidas separadamente e como produtos ideológicos.

A conjectura subalterna do patrimônio natural amazônico busca problematizar a colonização epistêmica, institucional, cultural, política e econômica imposta pelo discurso hegemônico do patrimônio cultural e natural. O Discurso do Patrimônio Autorizado emana de instituições globais do patrimônio e não reconhece expressões patrimoniais que não sejam as advindas da Unesco menosprezando a valorização do patrimônio como processo de negociação de significados e valores históricos que edificam identidades e sentidos de lugares físico e social (Smith, 2012).

A perspectiva dominante do patrimônio natural expressa na consideração de extensas áreas verdes, no valor estético e na relevância científica de paisagens excepcionais, constitui-se num conjunto discursivo e práticas institucionalizadoras segregacionistas ao evidenciar um único modelo a seguir. Para Scifoni (2006) há duas perspectivas contraditórias do patrimônio natural uma que replica um padrão universal e outra que se adéqua ao cotidiano e práticas sociais de sujeitos:

Do ponto de vista do patrimônio natural, a monumentalidade reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual... Já o discurso do cotidiano prioriza outros valores... do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente. (SCIFONI, 2008. p. 18).

A polarização do discurso do patrimônio natural revela duas facetas. De um lado, temos a existência do patrimônio como entidade inquestionável, algo fixo, pronto a ser animado pela economia turística do patrimônio, fundamentado no culto a objetos, no apreço a restauração e preservação de paisagens. Numa outra perspectiva há o discurso do patrimônio como prática socioespacial, repleto em tensões e conflitos, histórico, subversivo e descolonizado e vinculado a significação ideológica de elementos naturais.

Segundo Costa (2017) o aspecto subversivo do patrimônio cultural pode ser edificado pelo questionamento da colonização e colonialidade européia e norte-americana impostas aos países da América Latina e pela construção do utopismo territorial ativado com a realização de roteiros turísticos em locais singulares reconhecidos pelos empobrecidos do modo de produção capitalista, buscando torná-los participativos e edificadores de novas relações sociais e espaciais.

O patrimônio natural concebido como passado a ser rememorado, admirado e restrito ao campo da visão, confunde o conceito com a forma construída, iguala o objeto teórico ao objeto empírico e transforma o objeto natural em objeto ideológico voltado ao consumo turístico, sendo a paisagem representada pelas formas temporalmente “congeladas e frágeis” cravadas em espaços, não importando sua interpretação e significado social.

De acordo com Kosik (1996) o movimento de explicação da realidade inicia-se com a superação do conhecimento sensível, da experiência edificada e do observável pela criação da abstração da realidade, perpassando pela superação da pseudoconcreticidade pela abstração até chegar-se a concreticidade da realidade. Ainda de acordo com o mesmo autor cabe ao pesquisador realizar a problematização do objeto estudado pelo distanciamento, possibilitando a criação da consciência do mundo de forma recíproca interconectando a práxis objetiva e a apropriação prático-espiritual da realidade. Ou seja, na perspectiva kosikiana a aparência é a pseudoconcreticidade que deve ser superada quando ultrapassamos o visível para adentrarmos nas manifestações do invisível e chegarmos à essência da realidade ou realidade concreta.

Neste sentido, a empiria inscrita na observância da aparência de formas paisagísticas indicam, revelam, dão indícios, evidenciam, apresentam sinais e vestígios de tempos socioespaciais pretéritos e só serão conhecidos com a desnudação da realidade aparente. Para Santos (2012) a paisagem também expressa rugosidades emaranhadas e articuladas a sucessão dialética da produção total do espaço que nunca cessa.

A ênfase ao estudo da paisagem se dá pelo fato da mesma demonstrar processos, movimentos, historicidades e conflitos. Aparentemente quando restrita ao campo do visível a paisagem tende a demonstrar um conjunto de dados isolados. Porém, o visível não manifesta a essência do fenômeno, sendo que o visível e o invisível fazem parte de um mesmo enredo, de uma única situação de feição contraditória e complementar (Kosik, 1996).

Na perspectiva da Unesco a paisagem limita-se ao plano da aparência da forma, do belo, da admiração e da apreciação à monumentalidade, mas a forma só tem sentido quando adquire função social, manifesta em memórias coletivas e quando está situada no contexto da identidade e historicidade de práticas socioespaciais (Scifoni, 2008).

O patrimônio natural quando tratado unicamente como objeto palpável, sem vínculo afetivo com as coletividades e como cenário formado por formas excepcionais atendem a um padrão mundial, mas se isola e distancia-se do cotidiano de sujeitos negando a realidade concreta das coletividades amazônicas. Porém, quando o patrimônio natural é tratado como o movimento contraditório que envolve as relações sociedade e natureza e vice versa, compreendido como dinâmica subalterna, negociada, fragmentada, heterogênea, multi-escalar, relacional e como a construção de processos que envolvem fatores exógenos e endógenos, torna-se mais flexível, não hierárquico e democrático.

A paisagem enquanto forma de uma natureza não humanizada reduz-se ao plano do empírico, contrariando a noção de que toda natureza é culturalmente significada. Ao ser tratada como expressão da evolução natural, independente do homem, a paisagem natural torna-se forma estática, congelada, enrijecida e imóvel situada em frações espaciais aptas a serem “guardadas” e transmitidas as gerações atuais e futuras.

Paisagens não se restringem as formas empíricas de coisas naturais e sociais e trabalhos sociais que pararam no tempo, pois quando problematizadas permitem a compreensão de como a natureza se desenvolve criando formas decorrentes de processos físicos, biológicos e químicos em determinados locais e de como os homens marcam ou “retratam” em formas, estruturas e construções suas maneiras contraditórias e

conflituosas de viver, produzir, adaptar-se ao mundo, bem como se segregam espacialmente, criam expressões culturais e desenvolvem a economia, política e sociedade pela produção do espaço (Paes, 2007).

A realidade enquanto movimento constantemente redesenhado por forças naturais e sociais solapa, dissolve e nega a noção da Unesco de que os patrimônios naturais devem ser preservados pelo isolamento de áreas ou “santuários naturais” dissociados do restante da sociedade.

No Brasil a Unesco validou os princípios preservacionistas do patrimônio natural ao selecionar algumas frações territoriais em diferentes regiões como representantes do patrimônio natural brasileiro. (ver quadro a seguir).

Quadro 2 - Lista do Patrimônio natural mundial – UNESCO

Critérios de Escolha: excepcionalidade e universalidade.
Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS), Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM), Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica (BA/ES), Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN), Parque Nacional do Iguaçu (PR), Reservas da Mata Atlântica (PR/SP), Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO)

Fonte: IPHAN. Consultado em jan. 2020.

A patrimonialização da natureza pela Unesco restrita a grandes áreas que apresentam paisagens excepcionais de valor para a ciência e reprodução de espécies da flora e da fauna ratifica a noção de que a natureza é um bem escolhido não discutido pela sociedade, sem significação social local e regional, sendo natureza e homem pólos opostos que devem permanecer separados. Tal perspectiva representa em sua essência o neomito capitalista disseminado pelo mundo moderno desenvolvido nas quais certas frações territoriais naturais necessitariam ser aprisionadas em unidades de conservação para permanecerem intocadas e pouco alteradas (Diegues, 1996).

A natureza como paisagem a ser patrimonializada não deve estar restrita unicamente a estética, como remanescente de uma vegetação *in natura* ou como local importante para a reprodução ecológica, pois possui uma função social e mesmo ambiental, posto que a excepcionalidade em vegetações secundárias importantes para o melhoramento da qualidade de vida e significação social também devem ser evidenciadas para que se evite a divisão entre o que é puramente social e natural (Scifoni, 2006).

De acordo com Zarattini e Irving (2012) há um movimento denominado “ecologismo dos pobres” que busca não somente a reparação da dívida ecológica entre os países, mas o questionamento das mazelas do capitalismo frente às populações pobres, além do reconhecimento da noção de “patrimônio natural como monumento, em uma abordagem que associa as práticas sociais decorrentes da experiência da vida à própria natureza” (Ibidem. 2012, p. 7).

A subalternidade do patrimônio natural em contextos amazônicos onde residem populações locais que interagem diretamente com a natureza também tem fundamento no fato de que não elegem super-extensões territoriais “fechadas” em limites físicos pré-definidos para sobreviverem, tampouco consideram o belo, a estética, as aspirações científicas formais e os cenários cênicos como referências para a preservação ambiental, pois legitimam saberes ancestralmente edificados, usam e preservam a natureza na perspectiva racionalista baseada em ciências do cotidiano.

Os utopismos patrimoniais propostos por Costa (2016) podem referenciar processos subversivos de reconhecimento patrimonial quando propõe três perspectivas utópicas do patrimônio subalterno: a primeira seria o *utopismo patrimonial-territorial* ao enfatizar o enfrentamento da colonialidade epistêmica, cultural e comercial a partir da valorização de patrimônios invisibilizados; a segunda expressaria o *utopismo territorial-singularista* ao questionar a universalização de singularidades, sugerindo a promoção de narrativas de paisagens pelo viés solidário, coletivo e mais próximo as realidades endógenas latino-americanas, buscando a ocupação, uso e apropriação de frações territoriais por roteiros tido como subversivos que explicariam a história das formas (paisagens) pelo ótica de sujeitos subalternizados; a terceira faceta corresponderia ao *utopismo territorial existencialista* ao sugerir a construção de consciência patrimonial pela experiência individual, coletiva e teórica.

Para Zanirato (2009) a participação social é o que dá sentido ao uso do patrimônio, sendo a perspectiva dominante, de modo geral, menosprezada pela maioria da população por não se sentir identificada com os valores descontextualizados antidemocráticos construídos historicamente pela elite brasileira.

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA E O PATRIMÔNIO NATURAL SUBALTERNO

É através do trabalho social historicamente materializado em formas espaciais que o homem produz espaço, conseqüentemente, paisagem. A transformação da natureza natural em natureza humanizada é o fundamento do entendimento da paisagem social, mesmo considerando que a natureza é integrante de tal processo e os elementos naturais (clima, relevo, vegetação, hidrografia, solo, etc.) que existem de forma independente das vontades humanas, quando capturados pelo trabalho são reproduzidos de forma cultural. Ou seja, pelo trabalho o homem se humaniza, reproduz-se enquanto ser social e desnaturaliza a natureza, conseqüentemente produz espaço.

Contudo, consideramos a produção do espaço para além da transformação da natureza primeira em natureza social. O espaço que dá sentido a ação da Unesco diz respeito ao espaço do patrimônio natural, reproduzido desigualmente por relações de produção capitalista e “inventado” como objeto de consumo. O espaço concebido como realização da técnica, da ideologia, da burocracia e do planejamento reflete o espaço concebido, dissonante do espaço social e percebido como produto de uma outra cotidianidade baseada na utopia e na inversão da ordem vigente (Lefebvre, 2016).

Neste sentido, pensado como espaço concebido na perspectiva lefebvrea, o espaço da patrimonialização de paisagens da Unesco na Amazônia torna-se vazio de significado social, mas corrobora com a dinâmica de espaço reproduzido no interior da expansão capitalista internacional na Amazônia que tem como recorte o reordenamento do espaço regional “iniciado” a partir dos anos de 1960, com a implantação dos pólos de desenvolvimento regional vinculados à industrialização, urbanização e as estratégias de integração nacional.

O espaço do planejamento resultou em diversas problemáticas socioambientais foram registradas, especialmente as associadas a destruição da natureza e agravamento de problemas sociais (Becker, 2015). Contudo, a Unesco ignora o espaço do patrimônio natural como meio e produto da reprodução material e ideológica capitalista e gerador de desordens socioambientais.

A Unesco ao “abocanhar” uma grande extensão territorial na Amazônia como patrimônio natural buscou ordenar a produção do espaço pela preservação da natureza. Para Silva (1998) os debates mundiais sobre a natureza tendo como referência o desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia Oriental resultaram na falta de eficácia

entre o plano teórico (recomendações, estudos científicos, teorizações que orientam políticas públicas, etc.) e a realidade, pois o modelo imposto para a região continua depredando a natureza e não reflete na diminuição de desigualdades socioespaciais.

A perspectiva da Unesco na Amazônia menosprezou a grandiosidade da região no contexto brasileiro, pois considerou somente uma amostra territorial como representativa de toda região, o Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM). Tal postura, também invisibilizou as extensões territoriais de escalas menores expressas em grutas, caminhos, córregos, praias, cachoeiras, lagos, pedras, igarapés, morros, campos, entre outras e que possuem significação social relevantes para as comunidades locais.

O patrimônio natural selecionado pela Unesco na Amazônia Ocidental está distante propositalmente da Amazônia Oriental que reúne os grandes projetos e problemas socioespaciais de maior envergadura. Assim, a preservação do patrimônio natural faz parte de um jogo ideológico que cria fragmentações expressas em construções imaginárias dividindo o espaço amazônico em dois espaços: o primeiro degradado pela ordem dos grandes projetos e ignorado propositalmente e o segundo que obedece aos critérios patrimoniais definidos pela instituição, sendo merecedor de prestígio e preservação, tendo como destino final a mercantilização e consumido emanados da economia turística do patrimônio.

As paisagens regionais também podem ser resignificadas a partir da perspectiva de Pacheco e Silva (2015) ao demonstrarem que as narrativas inscritas em jornais da ilha do Marajó, historicamente enfatizaram, a existência de patrimônios marajoaras como bens feitos de pedra e cal, sendo possível reescrever a história a partir de narrativas e memórias de grupos subalternizados e invisibilizados que habitam a ilha paraense.

O patrimônio natural com viés subalterno no contexto amazônico contraria a noção de que o patrimônio natural está distante da presença humana, conseqüentemente, não ligado aos modos de vida da maioria da população. As paisagens amazônicas reconhecidas como “registros fotográficos momentâneos”, funcionando feito obras de artes a serem admiradas desconsideram a realidade concreta de sujeitos e não dão protagonismos as percepções que concebem as paisagens naturais como processo contraditório expressivo de transformações socioespaciais e naturais integradas contraditoriamente em uma totalidade indivisível.

Ao analisar a evanescência de paisagens na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Amazonas, Alencar (2019) destacou as constantes mudanças

de cenários paisagísticos através do fenômeno natural denominado de “terras caídas” que são processos erosivos realizados pela força das águas a beira rio e de alagamentos de extensas áreas no período de cheias de rios e chuvas intensas.

Ainda de acordo com a mesma autora a evanescência ou mudança em paisagens, além de ocorrer por dinâmicas naturais, são realizadas pela intervenção humana no ambiente, pois diversas populações locais deslocam-se para outras áreas não inundadas, por construírem habitações elevadas em relação aos solos visando não serem atingidas por alagamentos e por praticarem atividades econômicas alternativas em relação as que costumeiramente:

Outro fator de transformação das paisagens é a agência humana quando as pessoas derrubam a floresta para construir casas e abrir *campos* de criação de animais ; para fazer roças e cultivar espécies vegetais não nativas – cacau, laranja, manga, limão, entre outras, ou cultivar espécies nativas que nascem ao acaso, após o manuseio de suas sementes, como as palmeiras de açai (ALENACAR, 2019. p. 66).

As práticas de cultivo agrícolas atuais influenciadas pelas dinâmicas naturais permitem-nos compreender a distribuição geográfica de determinadas espécies vegetais e como certas práticas socioespaciais produtivas foram sendo continuadas ao longo de gerações. Os estudos de Lombardo et.al. (2019) em 61 sítios arqueológicos na Amazônia comprovaram que a formação de 30 ilhas foram resultantes de práticas culturais de alimentação, cozinho de alimentos, pesca e cultivo agrícolas realizadas a mais de 10.000 anos.

Em Rondônia, mais precisamente na ilha de Santo Antônio, município de Porto Velho, investigações arqueológicas comprovaram que as paisagens pretéritas eram muito diferentes das atuais, pois há 1000 anos atrás grupos humanos desenvolveram a cerâmica e cultivos vegetais que foram responsáveis pela edificação de paisagens de donominância pedológica e vegetal distribuídas em diferentes espacialidades da ilha (Oliveira e Santi, 2019).

No estado do Amazonas os estudos arqueológicos de acordo com Gomes (2016) na reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã revelaram que as atuais relações que os ribeirnhos mantém com a natureza decorrem de saberes ambientais acumulados preteritamente e que a espacialização de práticas de uso de paisagens tem fundamento num passado secular:

Na verdade, há uma tipologia local das áreas utilizadas nessas estratégias de produção e exploração de recursos com base nas distinções e no uso de diferentes ambientes (*restinga, baixo, praias, barranco, terra firme e terra preta*), e a distinção entre os sistemas de cultivo em *roçado (roça), sítio (pomares), sítio (quintais), terreiros e caminhos* (GOMES, 2016. p. 105).

A relação homem-natureza no contexto da Amazônia não pode ser percebida por uma realidade estática, atemporal e fora dos espaços físicos onde os sujeitos se socializam. Tais fundamentos tem base no que Ingold (2015) considerou como um mundo formado por movimentos, narrativas de espaços, cruzado por linhas e pontos que representam interseções entre o natural e o humano, num constante por vir expresso em redes complexas que só adquirem sentido quando significadas e contextualizadas pelos homens. Neste sentido, a compreensão de paisagens amazônicas deve unir o movimento da natureza e práticas socioespaciais pretéritas e atuais num constante processo de reelaboração.

A evanescência de paisagens também foi registrada na ilha de Mosqueiro em Belém-Pa com a prática da “coivara” que representa a limpeza de terrenos para o desenvolvimento do roçado visando o plantio de mandioca para, posteriormente ser utilizado na produção de farinha. A foto seguir revela a transformação da natureza pela ação humana na comunidade de Tucumandeuca em Mosqueiro, Belém-Pa.

Foto 1 – Evanescência da paisagem pela ação humana em Tucumandeuca, Mosqueiro – Belém-Pa.



Fonte: Arquivo do Pesquisador. Em: 21/07/2018.

Em ambientes de populações locais amazônicas as paisagens naturais são significadas culturalmente diferem da classificação da Unesco que determinou o conceito de paisagem cultural pautado no desenvolvimento sustentável e nas seguintes tipologias: as *claramente definidas* que seriam resultantes da produção intencional do homem (cenários edificadas visando o uso e apreciação da natureza); as evoluídas organicamente,

sendo divididas em fósseis (expressas pelos restos, escombros, vestígios de paisagens antigas) e contínuas (são as que não cessaram sua evolução) e por último, temos as paisagens associativas identificadas pela interação homem natureza, mesmo que a intervenção humana não seja visível (Ribeiro, 2007).

A imagem a seguir revela a significância do patrimônio natural no contexto de populações ribeirinhas que residem na ilha João Pilatos no município de Ananindeua-Pa ao interagirem cotidianamente com a natureza, ao afirmarem a produção da cultura pela própria transformação que a natureza lhes impõe e ao valorizarem bens naturais como fundamento da existência humana, da socialização comunitária e desenvolvimento de práticas socioespaciais singulares. Na iconografia chama a atenção as interações singulares entre homem-natureza, pois o aproveitamento de elementos naturais permite a construção de embarcações, trapiches que representam pontes feitas de madeira que tem a função de possibilitar o acesso a moradias e o cruzamento da fronteira que une a urbanidade e o modo de vida tradicional.

Foto – 2 - Família se preparando para a realização de percurso no Rio Maguari.



Fonte: Arquivo do Pesquisador. Em: fev.2012.

Na Amazônia, natureza e cultura se misturam, estão interconectadas, mescladas, articuladas e o patrimônio natural dá sentido à construção de processos socioculturais e ambientais que sustentam a afirmação de identidades, corrobora para a afirmação de resistências frente à colonização epistêmica imposta pela ciência e estratégias políticas e econômicas que tornaram a região um ícone representativo de “espaço vazio” a ser imaginado, mensurado, controlado, matematizado, geometrizado e manipulado pela neutralidade-objetividade e pela lógica modelística de concepção de natureza.

Corroborando com o princípio de que a paisagem enquanto natureza in natura só tem sentido quando é culturalizada Paes (2007) considera que as formas espaciais representam a aglutinação de movimentos da natureza e da produção humana, pois:

Como matriz, ela é uma expressão dinâmica da cultura, portadora do significado social que não se revela na análise restrita das formas. Sua interpretação a partir de uma série de paisagens que se sucedem no tempo nos revela o tempo passado, o presente, e as principais determinações políticas, econômicas, religiosas, culturais, naturais, tecnológicas que azeitaram a estrutura socioespacial de cada período histórico (PAES, 2007.p. 31).

A interpretação de paisagens de cunho subalterno também tem fundamento no que Lefebvre (2016) denominou de formas como expressões de dinâmicas sociais urbanas contraditoriamente construídas decorrentes da reprodução capitalista do espaço. Dessa forma, o patrimônio natural amazônico pensado como mercadoria e valorização mercantilista do solo, passa a ser reproduzido visando padronizar modelos comportamentais, incorporar valores culturais centrados no culto a beleza de coisas e enfatizar a realização de práticas turísticas baseadas no consumo de paisagens artificializadas, musealizadas, esterilizadas, mumificadas, fragilizadas, inventadas, e “engaioladas”.

O fundamento subalterno do patrimônio natural evidencia a necessidade de construção de um contra-movimento patrimonial de cunho territorial que busca a autonomia nas estratégias de uso e apropriação de frações territoriais patrimonializadas no sentido de favorecer resistências frente ao autoritarismo e contextos socioespaciais de opressão, centrado no apreço a identidade, a valorização de estratégias singulares de sobrevivência de populações, de organização política e ocupação coletiva de fragmentos espaciais direcionadas ao exercício da cidadania (SOUZA, 2018).

De acordo com Tavares et al. (2019) a realização de roteiros geo-turísticos em áreas patrimonializadas permitem-nos a re-interpretação de paisagens e ocupação de frações espaciais de forma diferente da perspectiva dominante, pois a história das formas é contada pelos sujeitos e os espaços se tornam centros de reunião e valorização cultural.

A promoção de roteiros em espaços rurais, em Unidades de Conservação e em ambientes de dominância de paisagens pouco transformadas pela ação humana também podem ter um caráter subversivo e subalterno ao dar protagonismo aos comunitários na escolha e gestão de bens patrimoniais que considerem relevantes.

As paisagens naturais “imóveis”, “congeladas” e guardadas em Unidades de Conservação e ou em espaços restritos atendem aos desejos turísticos. O espaço do patrimônio natural da Unesco é imageticamente construído como “espaço neutro”, sem luta de classes e contradições. A natureza como fuga do urbanismo e como espaço do campo é reproduzida como ideologia do consumo de imagens (Lefebvre, 2016).

Os espaços do patrimônio natural outorgados pela Unesco representados em paisagens naturais, consolidam e ratificam o urbanismo, a ideologia capitalista de consumo do espaço. Para Santos (2014) o espaço construído como imagem e destinado a reprodução do capital permite o desvendamento da modernidade capitalista que torna a natureza e o espaço em objetos técnicos de consumo conforme o poder aquisitivo das classes sociais.

Considerar o patrimônio natural na Amazônia limitando-se ao plano da contemplação de paisagens, da bestificação de imagens e de gozo turístico como produto da ideologia capitalista, pressupõe pensar o consumo da natureza como captura do urbanismo fincado no turismo e lazer sem relação com as populações locais.

A simbologia fetichista e mercadológica de uma natureza imagética e abstrata como reunião de elementos técnicos fincados no espaço e organizados pela lógica do capital e desvinculados de cotidianos de sujeitos amazônicos, apenas reproduz a indústria cultura (Choay, 2017) e a sociedade de consumo dirigido (Lefebvre, 1991).

Estaria a fração espacial recortada pela Unesco na Amazônia, deslocada da totalidade socioespacial amazônica? Não, pois ao ser reproduzido como objeto técnico a ser consumido como mercadoria, imaginado como fábula ideológica da economia turística, expresso como símbolo da sociedade urbana que criada pelo marketing como natureza frágil e excepcional, de evolução autônoma, sem presença do homem amazônico e dissonante da totalidade socio-espacial amazônica, cristaliza a totalidade do mundo moderno, solidica a lógica capitalista de reprodução do espaço turístico pautado na resignificação comercial de lugares da natureza em locais de consumo da natureza. Porém, se considerarmos as populações locais e seus patrimônios naturais invisibilizados subalternizados, a “fração natural” inventada como patrimônio natural pela Unesco distoa e é constrangidos pelas cotidianidades do espaço amazônico caracterizadas pelas contradições socioambientais.

O espaço do patrimônio natural imposto imageticamente pela Unesco atua ideologicamente como totalidade do mundo moderno desdobrada na reprodução urbana,

industrial, turística, mercadológica e simbólica subsumindo, constringendo e subalternizando outros patrimônios naturais amazônicos cultuados pelas populações locais de viés não ideológico. Neste sentido, consideramos o patrimônio natural sublaterno identificado nas diferentes formas de viver, trabalhar, lutar, resistir, memorar e significar a natureza a partir de diferentes práticas cotidianas endógenas como uma possibilidade utópica, não ideológica e alternativa de definição do patrimônio natural na Amazônia.

Assim, o que está posto é o entendimento de que o conceito de paisagem representada como imagens, signos, símbolos, ícones e valores a serem observados e consumidos como frações espaciais isoladas e vinculadas a valores e setores econômicos planetários, deturpa a complexidade da reprodução espacial amazônica baseada em totalidades que remetem a conflitos e contradições socio-espaciais e ambientais, mas que são constringidos e combatidos por totalidades periféricas-territoriais de grupos locais que concebem os fragmentos espaciais como espaços de uso e não pelo valor de troca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urge a necessidade de construirmos novas possibilidades de interpretação do patrimônio natural amazônico que distoem da perspectiva dominante, pois os velhos jargões do “espaço vazio”, “terras sem homens para homens sem terras”, “paraíso verde”, “eldorado”, “pulmão do mundo” ou “santuário natural da humanidade” são reforçados pelos discursos e práticas patrimoniais dominantes.

A colonização que se impõe possui faceta epistemológica, socioespacial, cultural, política e econômica e invisibiliza e marginaliza pescadores, indígenas, remanescentes quilombolas, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores, ribeirinhos e empobrecidos que reproduzem seus modos de vida pelos processos de significação de trabalho e natureza em seus cotidianos

É neste contexto que as Amazônias são compactadas em uma só Amazônia, a da Unesco. A Amazônia dos massacres no campo, dos desequilíbrios ambientais provocados pelos grandes projetos, de multiplicidades naturais (clima, relevo, vegetação, biodiversidade, hidrografia, geologia, etc) foram ignoradas pela homogeneização inscrita na super-valorização de uma natureza imaginada e “petrificada”.

Portanto, a valorização de paisagens naturais na região amazônica deve partir do entendimento de que o espaço do patrimônio natural é parte integrante de totalidades

socioespacial mundial, nacional, regional e local construídas contraditoriamente e que grupos locais (castanheiros, índios, ribeirinhos, seringueiros, índios, entre outros, produzem patrimônio a partir da socialização da natureza. Impor modelos que visem a observância de formas espaciais feito “museus-naturais a céu aberto”, obras-de-arte, “vitrines”, “retratos”, “selfies”, “antídotos” que atenuam a perversidade do modo de vida urbano, apenas reforça o consumo e padrões comportamentais apregoados pela economia turística do patrimônio que ignora os patrimônios naturais invisibilizados e subalternizados de endogenamente reproduzidos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna. Percepções sobre o Processo de Transformação de Paisagens na Várzea do Médio Solimões, RDS Mamirauá, Amazona. In: STOLL, Emilie ... [et al.], (orgs.). Paisagens Evanescentes : estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos.- Belém : NAEA, 2019. 244 p. : il. ; 21 cm.

BECKER, Berta K. As Amazônias de Berta Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 1. Organização de Ima Célia Guimarães Vieira – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 520 p: il. ; 23 cm.

CARLOS, Ana F. A. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In:PAES, Maria Tereza D. (org.); SOTRATTI, Marcelo Antônio (org.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 27-43.

COSTA, Everaldo Batista da. Utopismos Patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica. las Utopías y la Construcción de la Sociedad del Futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Consultado em: set. 2018.

_____. “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.” Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 2017 - 26 (2): 53-75. doi: 10.15446/rcdg.v26n2.59225. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Consultado em: nov. 2018.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. 6ª Ed. E. UNESP, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GOMES , Jaqueline. Alteridades e Paisagens na Comunidade Boa Esperança, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (AM). Teoria e Sociedade, nº 24.2 - julho - Dezembro de 2016 Disponível em: <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/288>. Consultado em: abr. 2020.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo*: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IPHAN. Carta de Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> . Consultado em: set. 2019.

IPHAN. Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29> . Consultado em: jan. 2020.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.

_____. *A vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LOMBARDO, Umberto; IRIARTE, José; HILBERT, Lautaro, Javier; PÉREZ, Ruiz; CAPRILES, José M.; VEIT, Heinz. Holocene crop cultivation and landscape modification. *Nature* 1 Article Early. Received: 21 November 2019 Accepted: 13 February 2020 Published online: xx xx xxxx. In *Amazonia : Early Holocene crop cultivation and landscape modification in Amazonia*. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2162-7>. Consultado em: abr. 2020.

OLIVEIRA, Emanuella da Costa; SANTI, Juliana Rossato. Grupos Pretéritos na Paisagem do Sitio ilha Santo Antônio Percepção a partir dos Vestígios Arqueobotânicos. In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XVI, n.31., p. 05-20, Jan-Jun. 2019.. *Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334180975>. Consultado em: abr. 2020.

PAES-LUCHIARI, Maria. T. D . *Patrimônio, Natureza e Cultura*. In: PAES-LUCHIARI, Maria. T. D (org.); BRUHNS, Heloisa T, (org.). *Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território*. – Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 25-45.

PACHECO, Agenor Sarraf; SILVA, Jaddson L. Sousa. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio* | MAST – vol.8, no 1, 2015a. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/381/380>. Consultado em: set: 2015.

PONTES, Juliano P. X. *Urbanização e Ambiente: experiências de Pesquisa na Amazônia Oriental*. (org.) – Belém: Paka-Tatu, 2011.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 6ª Ed. São Paulo. Editora da universidade de São Paulo, 2012 – Coleção Milton Santos – 2.

_____. *O Espaço Cidadão* – 7 ed., 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da. *Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: debate mundial e seu reflexo na Amazônia Oriental no primeiro decênio do século XXI* p. 21-44. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias da. (org.).

SCIFONI, Simoni. *A Construção do Patrimônio Natural*. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

_____. Os Diferentes Significados do Patrimônio Natural. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol.10, núm. 3, 2006, pp. 55-78. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866004.pdf>. Consultado em: jul. 2019.

SMITH, Laura Jane. *Uses of heritage*. Abingdon: Routledge, 2006. Disponível em: <https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial*. – 2018. 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2018. 320p.

TAVARES, Maria Goretti da Costa (org); SERRA, Hugo Rogério H. (org.); PACHECO, Agenor Sarraf. *Geografia, Patrimônio e Turismo na Amazônia Brasileira: Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará*. – Belém: Pró-Reitoria de Extensão/UFPa, 2019. 296 p.

UNESCO. *Recomendação Paris Paisagens e Sítios*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Consultado em: jun. 2019.

UNESCO. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext>. Consultado em: mai de 2018.

UNESCO. *As Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*, 2011. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>. Consultado em: jun. 2019.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural*. *Revista Patrimônio e Memória: UNESP – FCLAs – CEDAP*, v. 5, n.1, p. 137-152 - out. 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145>. Consultado em: abr. 2019.